



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

1620
1621
1623

1624

1625

ANO XVIII — Nº 87

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1963

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

1ª sessão conjunta da 1ª sessão legislativa ordinária da 5ª legislatura

Em 9 de julho de 1963, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 962-B-56 na Câmara dos Deputados e nº 97-56 no Senado Federal, que transforma o Depu-

mento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências, tendo relatório, sob nº 16, de 1963, da Comissão Mista.

Parte vetada — alínea "p" do art. 1º verbis:

"p) — Organizar a proposta orçamentária para cada exercício seguinte a ser encaminhada ao Ministério da Viação e Obras Públicas até 31 de janeiro de cada ano, nos termos da legislação em vigor".

MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD - SP).
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB — MG).
Primeiro-Secretário — Ruy Palmeiro (UDN — AL).
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho (PSD — GB).
Terceiro-Secretário — Adalberto da Silva (PTB — ACRE).
Quarto-Secretário — Cattete Pinheiro (PTN — PA).
Primeiro Suplente — Joaquim Paente (UDN — PI).
Segundo Suplente — Guido Mondim (SD — RS).
Terceiro Suplente — Vasconcelos Torres (PTB — RJ).

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Jose Guilomard — Acre (em exercício o Suplente — José Kairala).
Lobão da Silva — Pará.
Eugênio Barros — Maranhão.
Sebastião Archer — Maranhão.
Victorino Freire — Maranhão.
Sigefredo Pacheco — Piauí.
Menezes Pimentel — Ceará.
Wilson Gonçalves — Ceará.
Walfredo Gurgel — R. G. Norte (em exercício o Suplente — Manoel Vilhaca do PTB).
Ruy Carneiro — Paraíba.
Leite Neto — Sergipe.
Antônio Balbino em exercício o suplente Eduardo Catalão do PTB — Bahia.
Jefferson de Aguiar — Espírito Santo.
Gilberto Marinho — Guanabara.
Moura Andrade — São Paulo.
Atílio Fontana — Santa Catarina.
Guido Mondim — R. G. Sul.
Benedicto Valladares — Minas Gerais.
Filint Müller.
José Feliciano — Goiás.

SENADO FEDERAL

21. Juscelino Kubitschek — Goiás.
22. Pedro Ludovico — Goiás em exercício o suplente — José Elias.

PARTIDO TRABALHISTA (PTB)

1. Adalberto Sena — Acre.
2. Oscar Pessoa (em exercício o Suplente Eduardo Assmar) — Acre.
3. Vivaldo Lima — Amazonas.
4. Vago.
6. Antonio Juca — Ceará.
7. Em exercício o Suplente José Bezerra.
8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco.
11. José Ermirio — Pernambuco.
12. Silvestre Péricles — Alagoas.
13. Vasconcelos Torres — Rio de Janeiro em exercício o Suplente Gouvêa Vieira.
14. Nelson Maculan — Paraná.
15. Amaury Silva — Paraná em exercício o suplente Melo Braga.
16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.
17. Bezerra Neto — Mato Grosso.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

1. Zacarias de Assunção — Pará.
2. Joaquim Parente — Piauí.
3. José Cândido — Piauí.
4. Dinarte Mariz — R. G. Norte em exercício o Suplente Corlós Pereira.
5. João Agripino — Paraíba.
6. Rui Palmeira — Alagoas.
7. Eurico Rezende — Espírito Santo.
8. Afonso Arinos — Guanabara.
9. Padre Calazans — São Paulo.
10. Adolpho Franco — Paraná.
11. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
12. Antônio Carlos — Santa Catarina.
13. Daniel Krieger — R. G. Sul.

14. Milton Campos — Minas Gerais.
15. Lopes da Costa — Mato Grosso.

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

1. Aloysio de Carvalho — Bahia.
2. Mem de Sá — R. G. Sul.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

1. Catete Pinheiro — Pará.
2. Lino de Matos — São Paulo.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP)

1. Raul Giuberti — Espírito Santo.
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

1. Aurélio Viana — Guanabara.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro.

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

1. Júlio Leite (em exercício suplente Dylton Costa) — Sergipe.

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

1. Arnon de Melo — Alagoas.

SEM LEGENDA

1. Jasaphat Marinho — Bahia.
2. Heribaldo Vieira — Sergipe.

RESUMO

Partido Social Democrático (P. S. D.) 22
Partido Trabalhista Brasileiro (P. T. B.) 17

União Democrática Nacional (U. D. N.)	15
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (P. T. N.)	2
Partido Social Progressista (P. S. P.)	2
Partido Socialista Brasileiro (P. S. B.)	1
Partido Republicano (P. R.)	1
Partido Democrata Cristão (P. D. C.)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	64
Total	66

BLOCOS PARTIDÁRIOS

1º — Maioria (39 Membros):

PSD
PTB

2º — Minoria (17 Membros):

UDN
PL

3º — Pequenas Representações (9 Membros):

PTN
PSP
PSB
MTR
PR
PDC

Josaphat Marinho (Sem Legenda).

LIDERANÇAS

1 — DOS BLOCOS PARTIDÁRIOS MAIORIA

Lider:

Barros Carvalho — (PTB — PE).

Vice-Líderes:

Victorino Freire — (PSD — MA)

Vasconcelos Torres — (PTB RJ)

Jefferson de Aguiar — (PSD — ES)
Lobão da Silveira — (PSD — PA)

MINORIA

Líder
João Agripino — (UDN — PB)
Vice-Líderes
Daniel Krieger — (UDN — RS)
Mem de Sá — (PL-RS)

PEQUENAS REPRESENTAÇÕES

Líder
Lino de Matos — (PTN — SP)
Vice-Líder
Aurélio Viana — (PSB — GB)

II — DOS PARTIDOS

PSD
Benedicto Valladares — (MG)

Vice-Líderes
Wilson Gonçalves — (CE)
Sigefredo Pacheco — (PI)
Walfredo Gurgel — (RG)

PTB
Líder
Artur Virgílio — (AM)
Vice-Líderes
Amaury Silva — (PR)
Vivaldo Lima — (AM)
Bezerra Neto — (MT)

UDN
Líder
Daniel Krieger — (RS)
Vice-Líderes
Eurico Rezende — (ES)
Padre Calazans — (SP)
Adolfo Franco — (PR)

PL
Líder
Mem de Sá — (RS)

Vice-Líder
Aloysio de Carvalho — (BA)

PTN
Lino de Matos — (SP)

Vice-Líder
Catete Pinheiro — (PA)

PSP
Líder
Miguel Couto — (RJ)
Vice-Líder
Raul Guberto — (ES)

COMISSÕES PERMANENTES**Comissão Diretora**

Moura Andrade — Presidente (PSD)
Nogueira da Gama — (PTB)
Mourão Vieira (PTB)
Rui Palmeira (UDN)
Gilberto Marinho (PSD)
Catete Pinheiro (PTN)
Joaquim Parente (UDN)
Guido Mondim (PSD)
Vasconcelos Torres (PTB)

Comissão de Agricultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Nelson Maculan (PTB)
Vice-Presidente — Eugênio Barros (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares

1. Eugênio Barros
 2. José Feliciano
- Suplentes**
1. Atilio Fontana
 2. Pedro Ludovico

PTB**Titulares**

1. Nelson Maculan
2. Dix-Huit Rosado
3. Raul Guberto

Suplentes

1. Eduardo Catalão
2. Aarão Steinbruch
3. Adalberto Sena

UDN**Titulares**

1. Lopes da Costa
2. Antonio Carlos

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**SEÇÃO II**

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Gr\$	50,00	Semestre	Gr\$	39,00
Ano	Gr\$	96,00	Ano	Gr\$	76,00
Exterior			Exterior		
Ano	Gr\$	136,00	Ano	Gr\$	102,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Gr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Gr\$ 0,50.

Suplentes

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

Comissão de Constituição e Justiça

(11 MEMBROS)

Presidente — Milton Campos — (UDN)
Vice-Presidente — Wilson Gonçalves (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares

1. Jefferson de Aguiar
2. Ruy Carneiro
3. Lobão da Silveira
4. Wilson Gonçalves
5. Josaphat Marinho

Suplentes

1. Menezes Pimentel
2. Leite Neto
3. Benedicto Valladares
4. Aarão Steinbruch
5. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Amaury Silva
2. Bezerra Neto
3. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Artur Virgílio
2. Argemiro de Figueiredo
3. Silvestre Pérciles

UDN**Titulares**

1. Aloysio de Carvalho
2. Eurico Rezende
3. Milton Campos

Suplentes

1. Afonso Arinos
 2. Daniel Krieger
 3. João Agripino
- Secretário: Ronaldo Ferreira Dias
Oficial Legislativo, PL-8.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão do Distrito Federal

(7 MEMBROS)

Presidente — Lino de Matos (PTN)
Vice-Presidente — Pedro Ludovico (PSD)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares

1. Menezes Pimentel
2. Pedro Ludovico
3. Lino de Matos

Suplentes

1. Filinto Müller
2. Eugênio Barros
3. Heribaldo Vieira

PTB**Titulares**

1. Dix-Huit Rosado
2. Oscar Passos

Suplentes

1. Antonio Jucá
2. Aarão Steinbruch

UDN**Titulares**

1. Dinarte Mariz
2. Eurico Rezende

Suplentes

1. Lopes da Costa
 2. Zacarias de Assunção
- Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Mafra.

Comissão de Economia

Presidente: Filinto Müller.
Vice-Presidente: Eduardo Catalão

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares

Filinto Müller
Eugênio Barros
Atilio Fontana
José Guimard

Suplentes

Jefferson de Aguiar
Sigefredo Pacheco
Sebastião Archer
Josaphat Marinho

PTB
Titulares

Eduardo Catalão
Nelson Maculan
Júlio Leite

Suplentes

Oscar Passos
Bezerra Neto
Pinto Ferreira

UDN
Titulares

Adolfo Franco
Lopes da Costa

Suplentes

José Cândido
Zacarias de Assunção
Reuniões: Terças-feiras, às 15,00 horas.
Secretário: Oid Brügger.

Comissão de Educação e Cultura

(7 MEMBROS)

Presidente — Menezes Pimentel (PSD)
Vice-Presidente — Padre Calazans (UDN)

COMPOSIÇÃO

PSD
Titulares

1. Menezes Pimentel
2. Walfredo Gurgel

Suplentes

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB
Titulares

1. Adalberto Sena
2. Pinto Ferreira

Suplentes

1. Pessoa de Queiroz
2. Amaury Silva

UDN
Titulares

1. Antonio Carlos
2. Padre Calazans
3. Mem de Sá

Suplentes

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Arnon de Melo

Reuniões: Quartas-feiras, às 18,00 horas.
Secretária: Vera de Alvarenga Mafra.

Comissão de Finanças

(15 MEMBROS)

PTB — Argemiro de Figueiredo — Presidente
UDN — Daniel Krieger — Vice-Presidente

Composição

PSD
TITULARES

1. Victorino Freire
2. Lobão da Silveira

3. Sigefredo Pacheco
4. Wilson Gonçalves
5. Leite Neto

SUPLENTE

1. José Guimard
2. Eugênio de Barica
3. Menezes Pimentel
4. Atilio Fontana
5. Pedro Ludovico

PTB TITULARES

1. Bezerra Neto
2. Dix-Huit Rosado
3. Pessoa de Queiroz
4. Eduardo Catalão

SUPLENTE

1. Nelson Maculan
2. Lino de Matos
3. Vasconcelos Torres
4. Amauri Silva
5. Aurélio Vianna

UDN TITULARES

1. Dinart Mariz
2. Irineu Bornhausen
3. Lopes da Costa

SUPLENTE

1. Adolfo Franco
2. Milton Campos
3. Eurico Rezende
4. João Agripino

PL TITULAR

1. Mem de Sá

SUPLENTE

1. Aloysio de Carvalho
Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.
Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

(9 MEMBROS)

Presidente: Vivaldo Lima (PTB).
Vice-Presidente: Ruy Carneiro (PSD).

Composição PSD

TITULARES

Ruy Carneiro
Walfredo Gurgel
José Guimard
Raul Giuberti

SUPLENTE

Leite Neto.
Lobão da Silveira
Eugenio Barros.
Julio Leite.

PTB TITULARES

Vivaldo Lima.
Amaury Silva.
Heribaldo Vieira.

SUPLENTE

Aurélio Vianna.
Pessoa de Queiroz.
Antônio Jucá.

TITULARES UDN

Eurico de Rezende.
Antônio Carlos.

SUPLENTE

Lopes da Costa
Zacarias de Assunção.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: Cid Brugger.

Comissão do Polígono das Sêcas

(7 MEMBROS)

Presidente — Ruy Carneiro (PSD)
Vice-Presidente — Aurélio Vianna (PSB)

Composição PSD

TITULARES

1. Wilson Gonçalves.
2. Ruy Carneiro.

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco.
2. Leite Neto.

PTB TITULARES

1. Dix-Huit Rosado.
2. Heribaldo Vieira.
3. Aurélio Vianna.

SUPLENTE

1. Argemiro de Figueiredo
2. Arnon de Melo.
3. Julio Leite.

UDN TITULARES

1. João Agripino.
2. Lopes da Costa.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Redação

(5 MEMBROS)

Presidente — Dix-Huit Rosado.
Vice-Presidente — Padre Calazans.

Composição PSD

TITULARES

1. Walfredo Gurgel.
2. Sebastião Archer.

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira.
2. João Feliciano.

PTB TITULAR

1. Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

1. Heribaldo Vieira.

UDN TITULARES

1. Padre Calazans.
2. Julio Leite.

SUPLENTE

2. Josaphat Marinho.
1. João Agripino.

Comissão de Relações Exteriores

(11 MEMBROS)

Presidente — Jefferson de Aguiar (PSD).
Vice-Presidente — Pessoa de Queiroz (PTB).

Composição PSD

TITULARES

1. Benedicto Valladares.
2. Filinto Müller.
2. Jefferson de Aguiar.
4. Aarão Steinbruch.

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel.
2. Ruy Carneiro.
3. José Guimard.
4. Victorino Freire

PTB TITULARES

2. Vivaldo Lima.
1. Pessoa de Queiroz.
3. Eduardo Catalão.

SUPLENTE

1. Antônio Jucá.
2. Oscar Passos.
3. Argemiro de Figueiredo

UDN TITULAR

1. Antônio Carlos
2. José Cândido.
3. Padre Calazans
4. Arnon de Melo.

SUPLENTE

1. Daniel Krieger.
2. Eurico Rezende
3. João Agripino.
4. Mem de Sá.
Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: às quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Saúde

(5 MEMBROS)

Presidente — Lopes da Costa (UDN).
Vice-Presidente — Dix-Huit Rosado (PTB).

Composição

PSD

TITULARES

1. Pedro Ludovico.
2. Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

1. Eugenio Barros.
2. Walfredo Gurgel

PTB TITULAR

1. Dix-Huit Rosado.

SUPLENTE

1. Adalberto Sena.

UDN TITULAR

1. Lopes da Costa.

SUPLENTE

1. Dinarte Mariz.

PSD TITULAR

1. Miguel Couto.

SUPLENTE

1. Raul Giuberti.
Reuniões: Quintas-feiras às 15,00 horas.
Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias de Assunção — Presidente.
PTB — Silvestre Péricles — Vice-Presidente.

TITULARES

PTB — Oscar Passos.
UDN — Irineu Bornhausen
PSD — José Guimard.
PSD — Victorino Freire
PSP — Raul Giuberti.

SUPLENTE

PTB — Dix-Huit Rosado.
PTB — Eduardo Catalão
UDN — Adolfo Franco.
UDN — Eurico Rezende.
PSD — Ruy Carneiro.
PSD — Atilio Fontana.
PSP — Miguel Couto.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: Geraldo Lima de Aguiar.

Comissão de Serviço Público Civil

(7 MEMBROS)

Presidente — Silvestre Péricles (PTB).
Vice-Presidente — Leite Neto (PSD).

Composição PSD

TITULARES

1. Leite Neto.
2. Sigefredo Pacheco.

SUPLENTE

1. Victorino Freire.
2. Benedicto Valladares.

PTB TITULAR

1. Silvestre Péricles.
2. Nelson Maculan.

SUPLENTE

1. Pinto Ferreira.
2. Eduardo Catalão

UDN TITULARES

1. Antonio Carlos.
2. Padre Calazans

SUPLENTE

1. Dinarte Mariz.
1. Lopes da Costa

PL TITULAR

1. Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

1. Mem de Sá.
Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

(5 MEMBROS)

Presidente — José Feliciano (PSD).
Vice-Presidente — Irineu Bornhausen (UDN).

Composição PSD

TITULAR

1. José Feliciano.
2. Sebastião Archer.

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar.
2. Filinto Müller.

PTB TITULARES

1. Bezerra Neto.
2. Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles
2. Miguel Couto.

UDN TITULAR

1. Irineu Bornhausen
SUPLENTE
1. Zacarias de Assunção.
Reuniões: Quartas-feiras às 16,00 horas.
Secretário: Alexandre Pfander — Oficial Legislativo, PL-8.

(*) Republica-se por ter saído com incorreção.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 2, de 1961

(Dispõe sobre: Altera os artigos 26, 56, 58, 60, 110 e o parágrafo único do art. 112 da Constituição Federal)
— organização administrativa do Distrito Federal;
— vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal;
— regime de rendas do Distrito Federal;
— composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral;
— processo de escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal;
— aplicação da cota do imposto de renda destinada aos Municípios.
Eleita em 15-6-1961, com exceção dos Srs. Senadores:
Barros Carvalho — designado em 30-2-1962.
Nelson Maculan — designado em 15-5-1962;
Lobão da Silva — designado em 23-4-1963.
Lopes da Costa — designado em 29-10-1962.
Prorrogações:
Até 15-12-1962 — Requerimento nº 611-61, aprovado em 15-12-61;

Até 15-12-1963 — Requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-62.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — Relator — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Nelson Maculan — PTB.
7. Silvestre Péricles — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — Vice-Presidente — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1961

Altera o § 1º do art. 191 da Constituição Federal. (Aposentadoria do funcionário aos trinta anos de serviço).

Eleito em 21-6-62, salvo os Srs. Senadores:

Lobão da Silveira.
Wilson Gonçalves e
Amaury Silva, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — requerimento número 610-61, aprovado em 14-12-1961;
Até 15-12-1963 — Requerimento número 798-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — Relator — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — Relator — PTB.
7. Amaury Silva — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Ruy Palmeira — UDN.
14. Heribaldo Vieira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — Presidente — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1961

Dá nova redação ao item II do art. 55 da Constituição Federal. (Previdência dos vencimentos dos juizes).

Eleito em 21-6-1961, salvo os Senadores:

Lopes da Costa, designado em 29 de outubro de 1962;
Lobão da Silveira, designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro, designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15-12-1962 — requerimento número 609-61, aprovado em 14-12-1961;
Até 15-12-1963 — requerimento número 778-62, aprovado em 12-12-1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Lobão da Silveira — PSD.
3. Ruy Carneiro — PSD.
4. Benedito Valladares — PSD.
5. Wilson Gonçalves — PSD.
6. Silvestre Péricles — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Nogueira da Gama — PTB.
9. Barros Carvalho — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Lopes da Costa — UDN.

12. Milton Campos — Vice-Presidente — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Mem de Sá — PL.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 7, de 1961

Dá nova redação ao art. 65, item I, da Constituição Federal. (Dispõe sobre as matérias da competência privativa do Senado incluindo as de propor a exoneração dos Chefes de missão diplomática de caráter permanente e aprovar o estabelecimento, rompimento e reatamento de relações diplomáticas com países estrangeiros).

Eleito em 4 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Guido Mondin — designado em 29 de outubro de 1962;

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 20 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 28 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 607-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 16 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 780-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Wilson Gonçalves — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Ruy Carneiro — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Silvestre Péricles — PSD.
7. Vivaldo Lima — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Pinto Ferreira — PTB.
10. Eurico Rezende — UDN.
11. Daniel Krieger — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 8, de 1961

Acrescenta item ao artigo 3º do Capítulo II — Presidente da República — da Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituiu o sistema parlamentar de governo. (Sobre a encicenação, por proposta do Senado, do chefe de missão diplomática de caráter permanente).

Eleito em 5 de outubro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 33 de outubro de 1962.

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 29 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Pinto Ferreira — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963;

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1962.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 608-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 781-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Menezes Pimentel — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Lobão da Silveira — PSD.
4. Jefferson de Aguiar — PSD.
5. Guido Mondin — PSD.
6. Pinto Ferreira — PTB.
7. Bezerra Neto — PTB.
8. Amaury Silva — PTB.
9. Vivaldo Lima — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Lopes da Costa — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 9, de 1961

Acrescenta dispositivo ao artigo 15, revoga o item V e o § 6º do art. 19, substituiu o § 5º do art. 19 e o art. 23 da Constituição. (Modifica o regime de discriminação de rendas).

Eleito em 20 de novembro de 1961, salvo os Srs. Senadores:

Barros Carvalho — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 19 de outubro de 1962;

Jefferson de Aguiar — designado em 23 de abril de 1963.

Ruy Carneiro — designado em 23 de abril de 1963.

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963.

Amaury Silva — designado em 23 de abril de 1963.

Bezerra Neto — designado em 23 de abril de 1963.

Prorrogações:

Até 15 de dezembro de 1962 — Requerimento nº 605-61, aprovado em 14 de dezembro de 1961.

Até 15 de dezembro de 1963 — Requerimento nº 782-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Membros — Partidos

1. Jefferson de Aguiar — PSD.
2. Menezes Pimentel — PSD.
3. Filinto Müller — PSD.
4. Guido Mondin — PSD.
5. Ruy Carneiro — PSD.
6. Amaury Silva — PTB.
7. Barros Carvalho — PTB.
8. Argemiro Figueiredo — PTB.
9. Bezerra Neto — PTB.
10. Daniel Krieger — UDN.
11. Eurico Rezende — UDN.
12. Milton Campos — UDN.
13. Heribaldo Vieira — UDN.
14. Ruy Palmeira — UDN.
15. Aloysio de Carvalho — PL.
16. Lino de Matos — PTN.

Comissão Especial do Projeto de Emenda à Constituição nº 10, de 1961

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal (Atribuição da parcela proveniente das colas de impostos destinados aos Municípios).

Eleito em 20-2-1962, salvo os Srs. Senadores:

Lopes da Costa — designado em 30 de março de 1962;

Guido Mondin — designado em 23 de outubro de 1963;

Wilson Gonçalves — designado em 23-4-1963;

João Agripino — designado em 23 de abril de 1963;

Eurico Rezende — designado em 23 de abril de 1963;

Josaphat Marinho — designado em 28 de abril de 1963.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Serviço Público Civil

O Senhor Senador Silvestre Péricles, Presidente da Comissão de Serviço Público Civil, em oito de julho do ano de mil novecentos e sessenta e três, procedeu a seguinte distribuição:

— Ao Senhor Senador Aloysio de Carvalho — Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1963, que organiza o Quadro do Pessoal do Conselho Nacional de Economia e dá outras providências.
— Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

ATA DA 91ª SESSÃO, EM 8 DE JULHO DE 1963 — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Kairala
Eduardo Assmar
Cattete Pinheiro
Joaquim Parente
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Manoel Vilaga
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Raul Gluberti
Aurélio Viana
Lino de Matos
Adolpho Franco
Mello Braga
Atílio Fontana — (17).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

**ARMAS DA REPÚBLICA
REPÚBLICA DOS ESTADOS
UNIDOS DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

EXPLORA

O Desembargador-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, tendo em vista o que consta da Ata Geral de Proclamação das eleições procedidas no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 7 de outubro de 1962, na qual foram apurados os votos e treze mil trezentos e sessenta e quatro (13.364) votos válidos, na forma do que estabelece o artigo 40, da Constituição nº 7.012, de 6 de setembro de 1960, do Colégio Eleitoral Superior Eleitoral e em combinação com o artigo 113, do Código Eleitoral, expede o presente Diploma de Suplente de Senador ao

Doutor José Cortez Pereira de Araújo, registrado neste Tribunal Regional Eleitoral sob a legenda "Aliança Democrática Trabalhista", opostulada dos Partidos União Democrática Nacional e Partido Social Trabalhista, e que obteve a votação de 103.884 (cento e cinco mil oitocentos e oitenta

quatro) votos, a fim de que possa exercer, em toda plenitude, o mandato que lhe foi conferido.

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 26 de novembro de 1962. — Desembargador José Gomes da Costa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa requerimento de informações, de autoria do Sr. Eurico Rezende, que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 441, de 1963

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal.

O Senador signatário, usando de faculdade regimental, requer se digna Vossa Excelência de requisitar do Sr. Ministro da Fazenda as informações que subseguem mencionadas:

1. Se o Ministério da Fazenda está providenciando a liberação da dotação de Cr\$ 748.000,00 (setecentos e quarenta e oito mil cruzeiros), consignada na verba 2.0.00, tabela do Ministério da Saúde, em favor da Santa Casa de Misericórdia da Vitória, no Estado do Espírito Santo.

2. Na hipótese negativa, citar a razão determinante, inclusive se falta o atendimento de alguma formalidade por parte da instituição beneficiária, mencionando-a, se for o caso.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1963.
— Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio nem de deliberação do Plenário. De acordo com o art. 213, letra "d", do Regimento Interno, será publicado e, em seguida, despachado pelo Presidente.

Tendo terminado ontem a licença do Sr. Senador Lino de Mattos, resta-me S. Exa. o exercício do mandato.

Há bradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

Sr. Presidente, antes de abordar o assunto principal de minha oração de hoje, comunico a V. Exa. Sr. Presidente e ao Senado, que acabo de receber convite para a visita à exposição de milho híbrido a ser realizada em Santa Catarina, Município de Concórdia, onde tenho meu domicílio.

Naquela cidade do interior do meu Estado, funciona uma bem organizada associação rural, congregando mais de quatro mil e quinhentos associados, mantém aquela associação técnicos para assistência aos lavradores tais como veterinários, agrônomos, vacinadores etc.

Além de sementes selecionadas recebem ainda os agricultores animais reprodutores de boas raças e outros benefícios.

Quando Prefeito de Concórdia, de 1951 a 1954 procurei incentivar o cultivo do milho híbrido que se constituiu no seu grande fator de desenvolvimento.

Ainda, hoje, os lavradores de Concórdia o cultivam em larga escala e o destinado principalmente à oração dos rebanhos de suínos e de outros animais de pequeno porte, bem como à avicultura. Essa cultura desenvolveu-se de tal maneira que já é essa a segunda exposição municipal de milho e produtos derivados. Diz o "Boletim" daquela Associação:

"Os melhores tipos de milho híbrido — Variedade de tipo comum

— Produtos derivados de milho —

Demonstração de alimentos à base do milho e seus derivados".

Assim, a Associação Rural já realizou diversas exposições de milho híbrido e outros cereais, destinados, principalmente, à alimentação de suínos.

O Município de Concórdia é o principal produtor de trigo no Estado de Santa Catarina. Município este que em 1944 era inexpressivo. Hoje está situado entre os seis que contribuem com maior receita para os cofres do Estado.

Assim, pois, espero comparecer entre 21 a 27 do mês em curso, aquele conclave, atendendo ao honroso convite que acabo de receber.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, de-sejo falar sobre as sucessivas crises político-militares, que vêm perturbando a administração pública em nosso país, as quais, sem dúvida nenhuma, preocupam toda a população brasileira e acarretam grandes prejuízos para o Brasil. Essas crises se vêm arrastando de há muito tempo, e temos a convicção de que suas origens repousam nos problemas econômicos de nossa terra.

Não duvidamos, pelo contrário, temos certeza de que o Sr. Presidente da República está preocupadíssimo, e que procura desenvolver todos os esforços, com a dedicação necessária, para contornar esta situação.

Não podemos atribuir ao atual Governo a inteira responsabilidade por essas crises, que tiveram origem em governos anteriores.

Sabemos que, embora não tenha sido a causa principal, a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República muito deve ter contribuído para as dificuldades financeiras e econômicas que S. Exa. o Sr. Presidente João Goulart encontrou quando assumiu o Governo. O que, aliás, não é segredo, pôsto que divulgado reiteradamente pela imprensa.

Não estou aqui, Sr. Presidente, Senhores Senadores, pretendo azer a defesa de ninguém. Apenas faço um relato procurando justificar a situação que aí está e, também, para que consideremos que a responsabilidade não cabe somente ao atual Governo. É uma situação que vem passando de Governo a Governo e se agravando cada vez mais. O atual Presidente da República, quando assumiu o Governo, encontrou esta situação difícil. Daí por que entendemos, Sr. Presidente, que todos nós, principalmente os Parlamentares... temos o dever patriótico de colaborar, de lutar e mesmo de criticar, construtivamente, apresentando algumas sugestões, abordando os mais angustiantes problemas, para que o nosso País, que possui condições excepcionais, saia dessas dificuldades que está atravessando, e entre num período de paz, tranquilidade e progresso.

Sr. Presidente, esta a razão da minha presença na tribuna, buscando problemas que reputo da maior gravidade. Já sou bastante conhecido nesta Casa. Todos sabem que vim de um modesto sítio do interior do Rio Grande do Sul, onde meus pais eram agricultores. Fui lavrador até alcançar a maior idade. Mais tarde, fui comerciante, operário e nos últimos anos industrial. Através desses labores, anos de luta, adquiri largo cabedal de experiência e observação. Graças a Deus, sempre fui bem sucedido nas minhas atividades particulares. Não era minha intenção ingressar na vida pública, dada a minha origem e minha modesta cultura.

O Sr. Raul Giuberti — Não apoiado!

O SR. ATILIO FONTANA — ... fazer uma carreira até alcançar o Senado da República. Mas, com a responsabilidade que cada um de nós temos, não podia, também, esquivar-me de atender aos pedidos dos meus amigos, do meu Partido, e por esta razão é que estou, hoje, aqui, nesta honrosa, mas espinhosa e difícil missão de representar o Estado de Santa Catarina, se para trazer ao debate os problemas que me são conhecidos, que me são peculiares.

Temos em nosso País uma grande superfície territorial, terras em grande quantidade, clima desde o tem-

perado, do extremo Sul, até o equatorial, tropical, do Amazonas; temos riquezas minerais; poucos países no mundo certamente poderão contar com as riquezas minerais que tem o Brasil; temos um potencial hidráulico que, segundo se diz e as estatísticas publicadas, nos permite o segundo ou terceiro lugar no globo terrestre.

Assim, poderemos desenvolver a lavoura, a pecuária, muito mais do que que temos desenvolvido. O Brasil tem surpreendido até outros países adiantados. Não faz muito... Não faz muito importávamos a pimenta e a juta, que os amazenses hoje estão produzindo em escala superior às nossas necessidades e que estamos exportando para o estrangeiro.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — A juta e outras fibras similares eram importadas do Paquistão e da Índia, com o que o Brasil gastava grandes somas de divisas. Depois do cultura na região amazônica, conseguimos suprir as necessidades nacionais e ainda ter sobras para exportação. Infelizmente, porém, somos mal ajudados, e sequer temos fixação de preço mínimo, o que muito ajudaria os esforços dos agricultores, em cultura de tanta relevância para a economia nacional.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço o aparte do nobre Senador Lobão da Silveira, confirmando as minhas modestas palavras. Realmente, já temos fibra em quantidade, juta superior às nossas necessidades. Temos exportado pimenta para o estrangeiro e como bem o disse o Senador Lobão da Silveira, se o Governo adotasse uma política como devia adotar, não apenas quanto ao problema da juta e da pimenta mas, também, em outros setores, colaborando com a produção, e procurasse dar condições de exportação, principalmente, e de transporte de cabotagem, então, tenho a certeza de que aqueles Estados da bacia amazônica poderiam produzir não apenas a quantidade que estão produzindo, mas muitas vezes mais.

O Sr. José Keirala — Permite V. Exa., um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo o prazer.

O Sr. José Keirala — A Amazônia é uma região cultivada. Depende dos produtos da sua terra. Mas, infelizmente, a política de confisco cambial, imperante atualmente no Brasil, não oferece estímulo ao produtor, ao exportador de qualquer matéria extrativa da Amazônia. Enquanto as classes industriais gozam no País de todas as garantias, do amparo da lei, inclusive de um dólar que não atende à realidade cambial, nossos exportadores de castanha, de juta e de pimenta do reino são obrigados a entregar seu produto na base do confisco cambial, com enormes prejuízos, que se refletem na Amazônia. É uma situação que se deve corrigir de imediato, sob pena de toda aquela imensidão, de terra, que representa dois terços do Brasil, onde uma população de heróis vive anonimamente, lutando contra a natureza e contra os atos nefastos da nossa política financeiro-econômica, ameaçada de um colapso se não forem tomadas medidas imediatas. É desnecessário dizer aos Srs. Senadores que conhecem, através dos mapas, o que é a Amazônia — verdadeiro celeiro do mundo, não só do Brasil, que se não houver uma proteção do Governo com leis justas para seus exportadores, para seus produtores, estaremos ameaçados de um colapso total.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço o aparte de V. Exa., que vem testemunhar mais uma vez a necessidade que há de um melhor amparo à produção agropecuária. Eu tive a oportunidade, também, de visitar o Estado do Maranhão. E, naquela ocasião, visitei o interior e tive oportunidade de dizer ao então Governador, Dr. José de Matos Carvalho, se não me falha a memória, de que o Estado do Maranhão naquele ano a safra do arroz estava estimada em quatro milhões de sacas, mas observei aquelas imensas planícies, onde não faltam chuvas durante seis meses, que poderia multiplicar pelo menos por dez aquela produção de arroz.

Então, teríamos no Estado do Maranhão, outra grande riqueza que poderíamos desenvolver, além do côco babaçu, que a grosso modo, pelo que pude observar, talvez não esteja sendo aproveitado mais do que 10 por cento da produção. O restante cai no meio daquelas enormes matérias que, à falta de estradas, não podem ser aproveitadas.

Nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, é o inverso; poderíamos produzir trigo para o pão que comemos todos os dias, mas também, lamentavelmente, neste setor — já tenho falado nesta tribuna do Senado várias vezes — o Governo não tem conseguido uma política de estímulo de fomento à produção tritícola, com grande prejuízo para a economia nacional, porque dependemos da importação na sua quase totalidade ou, pelo menos, para 80 por cento do nosso consumo.

Entim, Sr. Presidente, verifica-se, também, o problema do milho; milho que o Brasil poderá produzir muito, mais do que está produzindo atualmente, principalmente se adotar, como está adotando esse município a que há pouco me referi adotar a semente de milho híbrido, do qual existem muitas variedades, mas a do milho híbrido precoce, como já tive oportunidade de ver no Vale Imperial do Estado da Califórnia, onde o milho não cresce tão alto como ocorre no Brasil, com um metro de altura e a sua espiga é colhida a máquina.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exa. podia informar qual o ciclo vegetativo do milho híbrido?

O SR. ATILIO FONTANA — Existe uma variedade muito grande. Há milho que tem um ciclo vegetativo de quatro meses, de cinco e de até mesmo de três meses. Na Itália, por exemplo, existe uma variedade de milho híbrido que é denominada milho de cinquenta dias. Não conheço, em outros países, um milho de ciclo tão curto, mas a verdade é que lá eles colhem — e o inverno é longo e o verão é curto. Planta-se o trigo. Depois da colheita do trigo plantam uma variedade de milho que tem o ciclo muito curto. Não posso afirmar de quantos dias, mas dizem que é milho de 50 dias.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira — No meu Estado, Sergipe, plantamos o milho pelo São José, 19 de março e colhemos pelo São João, 23, 24 de junho. Como vê V. Exa., é um ciclo pequeno, de 60 dias mais ou menos.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço o aparte de V. Exa., que vem confirmar a existência de milho de ciclo curto.

Já tivemos oportunidade de abordar o problema do milho nesta Casa. Mas não será demais que façamos algumas considerações hoje.

Está sobrando milho no interior do Brasil, o que está criando grande transtorno aos lavradores, que não alcançam o preço prometido pelo Governo. Já decorreram meses do início da safra e há excedentes ainda da safra anterior.

Sabemos que o milho continua sendo vendido nos grandes centros urbanos por preço bem abaixo do prometido pelo Governo. O que poderá resultar desta situação? O desestímulo à lavoura do milho, o abandono à lavoura do milho. Um cereal poderosíssimo como o milho, consumido em toda parte do mundo, poderia ser exportado em grande escala. Mas, lamentavelmente, tive conhecimento ainda há poucos dias, de que o embarque de milho chegou através de estrada de ferro ao porto de Santos, foi armazenado aguardando embarque e como o porto de Santos continua congestionado, com uma morosidade excessiva para o embarque, esse milho acabou sofrendo o ataque do gorgulho; está empoeirado e não se presta mais para exportação; terá que ser retirado do Porto de Santos para ser consumido, de alguma forma, dentro do nosso País.

Assim, também aconteceu com o carregamento de laranjas. Sabemos que lotes de laranjas encaixotadas para exportação, chegam ao porto de Santos e, não podendo ser embarcados, se deterioraram, sendo postos fora. Outra informação que tenho e que, por falta de escoamento, de transporte, por falta, principalmente, de um porto que funcione como deveria funcionar o grande porto de Santos, no Estado de São Paulo, grande quantidade de laranjas está se deteriorando nos próprios laranjais do interior de São Paulo.

Faço essas considerações, Senhor Presidente, para demonstrar que dentro de uma administração boa, em que se possam resolver esses problemas angustiosos e prejudiciais pelo menos em parte, o Brasil terá possibilidade de alcançar dias melhores no futuro e viver em maior tranquilidade.

Não sou racista. Penso que todos os elementos podem ser tão bons quantos os melhores desde que recebam uma educação, uma orientação e o preparo técnico para a sua profissão. Somente assim poderão bem desenvolver sua atividade.

Portanto, no Brasil, o homem é um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento de nossa economia e para o progresso de nossa Pátria. Considero o principal. Nosso maior esforço deve ser dedicado ao homem, no sentido de prepará-lo para que cada um exerça sua profissão com técnica, com capacidade. É o que constatamos quando viajamos para países adiantados da Europa, da Ásia, mesmo, ou da América do Norte.

De sorte, Sr. Presidente, entendo que o nosso elemento humano é tão capaz quanto os mais o sejam, como o dos Estados Unidos, da Alemanha, da Itália, da Inglaterra ou de qualquer parte do mundo.

Precisamos educar, preparar, orientar, dar-lhes os conhecimentos de sua profissão, pois não adianta, Sr. Presidente, pensar em distribuir terras àqueles que não sabem como cultivá-la, que não sabem como tirar do solo a riqueza que ele pode oferecer.

Estamos vendo aqui, nestas alturas da Nova Capital, no Estado de Goiás, nos Estados vizinhos, enormes áreas de terras, praticamente devolutas, que estão sendo vendidas a preços ínfimos.

Então, o que está faltando não é terra. E como afirmou um dos Senhores Senadores, não podemos falar em escassez de terra enquanto não chegarmos a 500 milhões de habitantes. Atualmente, temos, apenas 70 milhões. Poderíamos aumentar, triplicar, esta soma e o solo brasileiro, sem dúvida, um dia chegará a produzir gêneros alimentícios, não para 70 milhões de

habitantes, mas para centenas e centenas de milhões e há de ter, ainda, excedentes para exportar.

Assim, nós entendemos que o grande problema brasileiro, entre outros é o do preparo do homem, aquele que vai conservar a terra. De outro lado, há problemas que devem ser equacionados e resolvidos pelo Governo. Temos, por exemplo, o da produção animal.

O Brasil tem condições — e isto foi constatado por uma comissão americana que aqui esteve há vários anos e apresentou relatório — para se tornar, senão o maior, um dos maiores do mundo de carne para exportar.

Temos condições magníficas para aumentar a produção de carne no Brasil. No entanto, pouco exportamos. Além de não poder exportar, temos também, uma grande deficiência na nossa produção de carne; é considerada, no estrangeiro, como portadora de vírus da aftosa, o que vem desprestigiando o produto, desvalorizando, além do prejuízo imenso que está causando ao nosso País.

Não será demais, como já tive oportunidade de afirmar, que o Brasil tenha prejuízos, incalculáveis, Senhor Presidente, já naquele tempo.

Hoje, talvez, a aftosa dê ao Brasil o prejuízo de 50 a 100 bilhões de cruzeiros, anualmente.

O Sr. José Ermirio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Tem V. Ex.ª o aparte.

O Sr. José Ermirio — Ouvi, com atenção, as palavras aqui proferidas pelo eminente Senador por Santa Catarina. Com relação à juta, posso informar que a produção deste ano está avaliada em quarenta mil toneladas. O Ministério da Agricultura apresentou ao Governo da República um projeto para instalação de desfibradeiras na seção do Amazonas, o que melhorará bastante a produção da juta. O confisco cambial, de fato, tem dado a outros produtos agrícolas uma posição inferior. Entretanto, é preciso que os agrônomos, os homens que lutam diariamente, em contato com os produtores, tenham posição definida, com salários adequados, para que não fiquem em posição de inferioridade entre os demais técnicos brasileiros. Um agrônomo, atualmente, bem assim um veterinário, ganha apenas Cr\$ 50.400,00 e, adicionando-se algumas verbas, poucos atingem Cr\$ 58.000,00. Isto não é salário para um homem que precisa trabalhar com a cabeça fresca para poder enfrentar os problemas da Nação. Com relação ao trigo, a safra do ano passado foi de trezentos e trinta e cinco mil toneladas, razão por que ao Sr. Presidente da República um decreto, tornando obrigatório o seu plantio, decreto esse já assinado. A Itália, por exemplo, numa área pequena, já atingiu a oito milhões de toneladas, e, em certos anos, a nove milhões. É que nós ainda não temos financiamento adequado; apesar de termos realizado um aumento de Cr\$ 18.000,00 para Cr\$ 24.000,00 por hectare, o que é ainda insuficiente, porque quem precisa produzir precisa saber financiar adequadamente, com técnica dentro dos princípios agrícolas. Quanto ao milho, é preciso ter em conta, mormente na região do Nordeste e do Norte, os tipos de sementes que devem ser plantadas. Há tipos de milho que crescem bem numa região e mal em outra. Muitas vezes, no fim de determinado prazo, enquanto está sendo colhido numa região, em outra ainda está crescendo, o que prejudica a lavoura. Para isso o Ministério da Agricultura já está aparelhado, em condições para dar informações precisas. Os Estados Unidos produzem quatro vezes mais milho do que o trigo. Quer dizer, uma Nação com aquela civilização, que produz quatro bilhões e oitocentos milhões de bucheiros por ano, já está em condições de poder dizer ao mundo que o milho é produto de primeira

qualidade, como alimento, não só para

o homem, como para os animais. Quanto à laranja, quero informar a V. Ex.ª que a exportação tem sofrido devido à deficiência de transportes em virtude das seguidas greves no Porto de Santos. Por isso não se tem realizado com a desejada rapidez. Felizmente, porém, não se perdeu a laranja. A exportação foi feita e quando estive à frente do Ministério da Agricultura, lancei o sistema de porões ventilados, que deu resultados magníficos. Com as medidas tomadas será facilitada ainda mais a exportação da nossa laranja. Relativamente ao arroz do Maranhão peço licença a V. Ex.ª para informar ao Senado que a safra, este ano, será superior a sete milhões de sacas, o que constituirá grande benefício para aquela região. Como muito bem disse V. Ex.ª, a safra, o Maranhão poderá ser um notável produtor de arroz e não só ele como os Estados da Região Amazônica. Ali não há falta de chuvas e é só dar ao agricultor sementes adequadas e em quantidade certa. Com relação à reforma agrária, quando estive à frente do Ministério da Agricultura, preconizei uma reforma agrária, acompanhada do cooperativismo, do auxílio técnico, para uma produção realizável. Começamos o planejamento com trinta por cento de produção por área, o que se justifica, pois a nossa produção de milho é de mil e quinhentos quilos por hectare quando pode atingir a cinco mil quilos. Isso demonstra que nossos processos são inferiores aos de outros países.

Mas só o será feito quando tivermos agrônomos especializados, homens que disponham de tempo integral a fim de realizar trabalho que constitua realmente obra meritória. Tenho certeza de que poderão fazê-lo. Quero dizer ainda a V. Ex.ª, que o maior percalço à boa produção agrícola do Brasil é a falta de compensação ao labor dos agricultores. São poucos os que querem ir para o interior porque são mal pagos, e lutam com imensas dificuldades para sobreviver. Ontem vim da cidade de São Paulo, viajando cerca de 600 quilômetros pelos Estados de Minas Gerais e Goiás. Percorri terras, cujas condições naturais não são as melhores. No entanto, com pouco auxílio, através do convênio com a USAI (para o estudo das terras do Cerrado) produzirão eficientemente.

O Convênio foi feito. Já está em vigor. O Ministério da Agricultura tomou a si a parte de orientação. Acredito assim, que o Cerrado brasileiro, utilizando a lavoura mecanizada, em bem pouco tempo, será o maior produtor de alimentos para o País. Isto em zona perto da Capital. Tenho certeza, portanto, de que, através de orientação segura, o setor agrícola e da pecuária do Brasil se desenvolverá convenientemente. V. Ex.ª falou na aftosa, peste representada por três micróbios. As vacinas que estamos produzindo têm por finalidade exterminar esses três micróbios. A aftosa causa prejuízo à Nação de mais de cinquenta bilhões de cruzeiros por ano, pois não se pode exportar carne para os Estados Unidos, nem para outros países, sem que antes a controlemos em toda a sua extensão. Já enviamos à Argentina um dos nossos melhores veterinários a fim de proceder a estudos nesse sentido. Há quem acredite que a solução está na carne curada. Se, através desses estudos a aftosa puder ser debelada, o Ministério da Agricultura dará ao Brasil grande projeção por meio da exportação de carne. O oeste do Paraná, São Paulo e o sul de Mato Grosso, regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, sul da Bahia e Espírito Santo proporcionarão ao Brasil renda fabulosa, com a exportação de carne. E não serei exagerado se disser que essa exportação, dentro de alguns anos ultrapassará a soma de quatrocentos milhões de dólares. Dependendo, exclusivamente, se se evitar

que se coloquem veterinários em grau inferior à outras classes da Nação. Recebem eles salário ínfimo que não dá para sua sobrevivência. Precisamos, assim, de estimular esses homens, melhorando o seu padrão de vida. Consequentemente, não só quanto à parte agrícola, como também no que se refere à pecuária, ambas essenciais à vida do País.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço o aparte do nobre Senador José Ermirio de Moraes que veio testemunhar e dar ao meu discurso uma maior clareza, porque S. Ex.ª, até a poucos dias, exerceu com patriotismo, com dignidade e com dedicação a alta função do Ministro da Agricultura, onde tivemos oportunidade de observar o seu esforço, a sua vontade de contribuir para melhorar a agricultura do País.

No entanto, Sr. Presidente, como disse S. Ex.ª, o Sr. José Ermirio de Moraes, os nossos técnicos em agricultura, numa época em que motoristas ganham mais de cinquenta mil cruzeiros, quando pretendemos estimular, preparar técnicos para assistir, para ensinar, para orientar os filhos dos nossos agricultores esses técnicos, esses agricultores ganham cinquenta mil cruzeiros por mês. Como poderemos melhorar as nossas escolas de Agronomia e Veterinária?

Sr. Presidente, tive oportunidade de visitar várias escolas de Agronomia e Veterinária, que possuem uma infinidade de técnicos, cuja verba a elas destinadas deviam ser pagas trimestralmente e, no entanto, só o são no mês de dezembro. O que podem fazer com essa escassíssima verba, que só é paga no fim do ano? Daí resulta o desestímulo dos nossos técnicos, de nossos professores e para que os filhos dos lavradores aprendam a sua profissão. São mal remunerados as nossas escolas superiores de grau médio e, por isso, comparadas com as escolas dos países adiantados, não preparam convenientemente os nossos técnicos.

Não sou técnico, mas tenho observado o problema como bom estudioso desse setor da agricultura e da pecuária. Se continuarmos assim, não poderemos desenvolver as nossas atividades agropecuárias.

Outro fator importante, é que precisamos aproveitar as nossas sementes, como há pouco abordei o problema do milho híbrido e outros cereais. Todas as atividades da agricultura precisam ser desenvolvidas e selecionadas com sementes de qualidade, para que possam, na mesma área da terra, aumentar o rendimento. Como bem disse o nobre Senador José Ermirio de Moraes.

Precisamos desenvolver a produção de adubo em nosso País; precisamos, acima de tudo, Sr. Presidente, acima de tudo garantir o escoamento da safra com um preço justo, um preço remunerador.

Constatamos, na Europa e nos Estados Unidos, a preocupação daqueles governos, dos Ministérios da Agricultura, em defender os interesses do lavrador, não deixar explorar o lavrador, vender o seu produto por um baixo preço ou perdê-lo porque não tem colocação.

Isto que precisamos fazer, são reformas de base, eu diria, que podemos pôr em prática e que trarão resultados extraordinários que poderão enriquecer nosso país.

Temos visto, por exemplo, também o problema do café em nosso país, problema muito controvertido e muito discutido. Mas, a verdade é, Senhor Presidente — e faço esta ressalva — não cabe ao atual Governo a maior responsabilidade. É uma questão que se vem arrastando de vários governos passados. A política cafeeira, no Brasil, tem sido uma política suicida. Estamos com 50 000 000 de sacas de café armazenados. Custam uma fortuna os

sacos vazios, o transporte, a armazenagem e a conservação desse produto, o combate à broca etc.; custam uma fortuna! Quanto custou ao Governo brasileiro 50.000.00 de sacas de café para serem armazenadas?

Porém, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é o maior prejuízo. O maior prejuízo é que esgotamos nossas terras virgens para produzir café que não temos a quem vender. Este é o maior prejuízo; prejuízo superior ao valor do café, as nossas terras esgotadas, com erosão, produzindo café para o governo armazenar e no final queimá-lo porque não têm onde colocá-lo. Não são os nossos bravos cafeicultores os responsáveis, os culpados do que está acontecendo; é a política que o governo brasileiro tem adotado, de fomentar e criar condições para se produzir café e não criar as mesmas condições para o gado, para a produção do algodão, do amendoim, da cana de açúcar que teríamos onde vender, teríamos facilidade de exportar. Portanto, essas deficiências essas reformas de base é que devem ser feitas com a maior urgência possível para melhorar a situação e criar um ambiente de harmonia.

Quando em 1914 fui a Concórdia, nesse município a que ainda há pouco me referi, o nome não correspondia ao ambiente que lá existia e por que? Porque o trigo estava tabelado a Cr\$ 50,00 e sendo vendido a Cr\$ 18,00. O moinho que tinha sido instalado em concórdia, o pequeno moinho, estava fechado. Não podiam comprar trigo porque o regulamento, as instruções, não permitiam que o moinho industrializasse o trigo ali colhido, com o qual estava sendo tratado os animais rações de trigo, porque não se encontrava colocação. Então, aquele povo não podia viver em harmonia, em concórdia — conforme o nome do próprio Município. Porém, no momento em que se começou a desenvolver a industrialização, o aproveitamento, um mês depois que lá entramos, tomamos conta daquele pequeno moinho existente naquela ocasião e o trigo passou a ser pago a Cr\$ 50,00, Cr\$ 55,00 por saca. Daí por diante, pensamos nós, que chegamos a ser Presidente da Câmara Municipal e Prefeito daquele Município, que teríamos de colaborar com aqueles lavadores, porque eles então estariam em condições de fazer a riqueza do Município, de Santa Catarina e do Brasil.

Sr. Presidente, vou terminar. Já estou me alongando bastante. É a primeira vez que ocupo a Tribuna por tanto tempo. Mas, os problemas são, deversas, apaixonantes. E um dos motivos pelos quais aceitei minha candidatura ao Senado da República, foi para vir ao Senado e, nesta linguagem simples, de homem do interior, enfrentar e falar, como prometi ao meu eleitorado em Santa Catarina, que falaria e apontaria os problemas econômicos da nossa região, problemas pelos quais vem sofrendo o povo brasileiro.

Outro aspecto são as falhas de nossas leis trabalhistas. Sabemos, Sr. Presidente e ainda há pouco tive oportunidade de conversar com um dos responsáveis por um Instituto de Aposentadoria e Pensões, e verificamos que esses Institutos estão sofrendo de prejuízos da ordem de três bilhões de cruzeiros mensais.

Os contribuintes do Interior pagam religiosamente suas contribuições e pouco recebem.

Os Institutos de Aposentadoria estão tendo prejuízos; que situação é esta? Tanto dinheiro e os Institutos estão em situação calamitosa.

Precisamos corrigir estas falhas.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Ouço o aparte de V. Exa.

O Sr. José Ermirio — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias recebi a seguinte informação: para colocar um saco de milho do vagão ao vapor que o iria transportar para o mercado consumidor no Exterior custa mais de quatrocentos cruzeiros por unidade.

Quem quiser obter uma explanação magnífica sobre os nossos transportes marítimos e fluvial leia o artigo publicado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo com o seguinte nome: "O Grande Naufrágio". Na realidade é um grande naufrágio.

O SR. ATILIO FONTANA — Muito grato ao aparte de V. Exa.

Sr. Presidente, vou terminar, afirmando, mais uma vez, que o nosso propósito aqui, nesta Casa do Parlamento Nacional, não é o de combater quem quer que seja. Sou um homem partidário, porém um tanto independente. Desejo acima de tudo, trazer a debate esses problemas, dar a minha experiência e a minha solidariedade ao Governo do Sr. João Goulart, para que possa consolidar o nosso regime democrático, e para que possamos viver em paz em nossa Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas)

Comparecem mais os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Lobão da Silveira
Dinarte Mariz
Leite Neto
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Lopes da Costa

O SR. PRESIDENTE:

Acha-se presente o Sr. José Cortês Pereira suplente convocado para substituir o Sr. Senador Dinarte Mariz durante a licença concedida a esse nobre representante do Rio Grande do Norte.

Designo, para a Comissão que deverá introduzir S. Exa. no plenário, a fim de prestar o compromisso regimental, na forma do disposto no art. 6º do Regimento Interno, os Srs. Senadores:

Sigefredo Pacheco
Manoel Villaca e
Adelfo Franco

O SR. PRESIDENTE:

Convido os Srs. Senadores e todos os cidadãos presentes à sessão a ouvirem, de pé, a leitura do compromisso, que vai ser prestado pelo Sr. José Cortês Pereira.

(Acompanhado da Comissão entra no recinto, presta o compromisso regimental e ocupa lugar na bancada o Sr. José Cortês Ferreira. (Palmas))

O SR. PRESIDENTE:

Em conformidade com o Art. 183, § 2º, do Regimento Interno, tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando de meu regresso do Estado de Mato Grosso, no dia 24 de junho, próximo passado, da cidade de Corumbá, onde fui assistir às festas cívicas em comemoração ao 13 de Junho, data da Retomada daquela cidade, pretendi usar da palavra, para fazer uma pequena exposição da minha viagem. Daí porém à circunstância especial de encontrar-se o Senado Federal ao exame de matéria tão importante, como a de aumento de vencimentos dos civis e militares, só hoje me dá o prazer de falar aos Srs. Senadores

Sr. Presidente, voltando de minha terra, daquela que, por justa razão, se convencionou chamar a metrópole do pantanal matogrossense, a cidade de Corumbá, construída, edificada e enriquecida pelo labor de pioneiros após a conquista de velhos bandeirantes, não deve deixar passar despercebido desta casa as rápidas, exatas e verídicas observações que agora me levam a tecer alguns comentários, apropriados ao momento atual, porque grande parte deles decorre de fatores da árdua e difícil conjuntura em que hoje vivemos.

E, por certo, nas minhas observações caíram alto, bem alto, sentir que as desinteligências, as desavenças e os atritos multilaterais que campeiam na alma de nossos homens públicos e no cérebro dos responsáveis pelas rédeas da nação brasileira, es-touram e espoucam de instante a instante, com ou sem justa motivação. As opiniões se dividem e as controvérsias se avolumam em torno dos problemas de base do País. Os desentendimentos, as confusões e as incompreensões se multiplicam a cada momento, no seio das agremiações partidárias. As cúpulas dos partidos letam-se enfraquecidas para soffrear os ânimos dos mais extremados, cujas idéias e propósitos, numa indisciplina gritante, estão concorrendo para o solapamento das agremiações políticas e com ela a sobrevivência da democracia brasileira, aquilo que mais devemos preservar que é a nossa liberdade.

SR. PRESIDENTE:

Os dirigentes desta nação que deveriam levantar as mãos em prece na prece do trabalho de uma administração construtiva e não na esgrima habilidosa de uma política partidária demagógica, estão levando aos homens simples do campo, a inquietação que desorienta, o desânimo que reduz possíveis colheitas, a tristeza que inibida até os mais fortes e a descrença que, atacando uns e outros, avilta as esperanças de melhoria nos rumos da pátria e nos destinos do povo, já de si assoberbado pelos cruciais efeitos da inflação que tudo devasta, o pão e o riso, o feijão e as lágrimas, como se fôra consequências de tremenda epidemia cujos recursos a medicina não pode debelar. Falta aos nossos responsáveis, aos nossos dirigentes, e, de certa maneira, a nós mesmos, aquela boa vontade que irmana homens pobres e afortunados, simples e doutos, empregados e empregadores, chefes e subordinados, brancos e pretos, estrangeiros e nacionais. Faltam aos nossos responsáveis a noção exata do cumprimento dos mais sagrados deveres e obrigações no zelo pelo bem público, a sua coparticipação consciente nas angústias e aflições populares, através de iniciativas que só a boa vontade ousa incutir nos corações democráticos. Faltam aos nossos responsáveis o respeito pela legitimidade da coisa pública, confiada à sua guarda para melhoria, sem distinção de credo religioso ou político. Faltam aos nossos responsáveis, o respeito ao manejo do coletivo, no trabalho, execução e fiscalização das leis, no incentivo ao desenvolvimento das atividades privadas, na moralização das administrações estatais verdadeiros focos de desbaratos dos dinheiros públicos, e que tão facilmente se poderia buscar, sem gastos de excessos de energia, nos manuais de boa vontade.

Faltam aos nossos dirigentes a seriedade de conduta a sinceridade de propósitos que alegria o espírito do professor quando semeia lições e unia as esperanças do homem do campo quando rega e avra a terra

acolhedora e fértil. Faltam aos nossos dirigentes, sejam do centro ou centro — esquerda, a força da boa vontade, sob, cujos diques haveriam de paralisar as arremetidas dos perturbadores das extremas, esquerda e direita, ue desejam provocar o caos e a intranquilidade em toda nação brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

É só de boa vontade e firmeza de atitudes que precisamos, porque com elas teremos energias indispensáveis, essa energia que transformará em bem todos esses males, todas essas misérias em recursos, todos esses inimigos em cooperadores. Tudo isso aliado à serenidade, realizaremos as reformas que o país está carecendo, seja ela agrária ou bancária, tributária ou administrativa. Porém, para realizá-las a contento de todo o povo, sem injustiças e perseguições, será necessário, a par de elevados princípios morais, uma elevada dose de compreensão dos homens públicos. Sem essas forças a mora, a boa vontade, a energia, alidas a austeridade, o honesto, cada vez mais debilitadas, continuarão a pregar no deserto e só os demagogos terão voz para ludibriar e enganar a alma simples e boa do povo brasileiro, que deseja tão somente trabalhar e viver em paz.

Pede-se ordem às coisas e respeito aos postulados hierárquicos, mas o que acontece é exatamente o contrário e por isso mesmo já não se sabe hoje, quem está contra quem e quem está com quem. Por forças desses homens que por inércia de outros, tímidos, democratas o mal e a confusão vão se alastrando pelos rincões mais distantes da pátria, corroendo e solapando a alma nacional, para dar lugar ao egoísmo de muitos, que vença a virtude de poucos, fazendo crescer e multiplicar os males que levarão esta nação aos caos.

A reforma agrária, que todos reputamos necessária, imprescindível, no moderna concepção da terra servindo ao homem em toda a sua plenitude, a reforma agrária não deve ser feita, como querem muitos, da boca para fora, mas sim e sobretudo da boca para dentro, isto é, com o coração, com a cabeça, levando em consideração, as diretrizes da filosofia geo-econômica, pois as regiões brasileiras são as mais diversificadas; levar em consideração o respeito ao trabalho e ao ser humano, como alições que são amobs a grandeza moral de um povo. Nada de vencedores e vencidos, mesmo porque não houve, não há, nem deverá haver batalhas, pois o tema relembra tratados e enxadas e não fuzis e tanques, em que pese o tornitruante voserio dos judas e demagogos. Ninguém vencerá ninguém. O único triunfante será o Brasil, no que ele tem de mais sagrado e perene. Ninguém será espoliado.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Com prazer.

O Sr. Atilio Fontana — Estou ouvindo o brilhante discurso de V. Exa., focalizando entre outros, o problema da reforma agrária, afirmando que nossos lavradores precisam de equipamentos. Verificamos, realmente, que os Países adiantados que produzem cereais e outros gneros oriundos da agricultura, em larga escala, têm lavoura-mecanizada.

No Brasil, nobre Senador Lopes da Costa, foram criadas condições especiais para o desenvolvimento da indústria automobilística e também para a de tratores. Resulta que hoje os nossos lavradores que de muito desejam possuir tratores e implementos

para com maior facilidade desenvolver a sua atividade rural não estão em condições de comprá-los e as fábricas de tratores estão aí a braços com dificuldades, pedindo auxílio do Governo, financiamento, porque não encontram a quem vender sua produção. Estou de acordo com o pensamento de V. Exa.: a reforma agrária realmente criaria ambiente e condições para que nossos lavradores comprassem seus equipamentos, seus tratores.

O SR. LOPES DA COSTA — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. Não quis apartar V. Exa. durante o discurso que fez há poucos momentos, porque V. Exa. desdobrava a questão da reforma agrária como conhecedor que é do assunto.

O Sr. Atilio Fontana — Muito obrigado.

O SR. LOPES DA COSTA — Mas, já que estamos tratando dessa importante questão, quero dizer ao meu nobre colega, Senador Atilio Fontana que, em Mato Grosso, o nosso Governador, Sá Fernando Corrêa da Costa, conhecedor dos problemas do Estado, ultimamente assinou decreto estabelecendo que só poderão ser vendidas terras do Estado até 50 hectares.

V. Exa. poderá imaginar o objetivo do decreto: provocar, justamente, a ida de colonos à região mato-grossense. Além disto, quase que mensalmente o Governador do Estado deixa sua Capital, para percorrer o Interior principalmente aos Municípios agrícolas, como Rondonópolis, Mutum, Duorados e outros, para fazer entrega de doação de centenas de títulos de propriedade a agricultores, a colonos escolhidos, que são, posteriormente, auxiliados pela Secretaria da Agricultura do Estado, dentro das possibilidades financeiras do Estado, as quais, entretanto, são pequenas.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre Senador Lopes da Costa que, de acordo com o Regimento, V. Exa. dispõe de apenas cinco minutos para terminar o seu discurso.

O SR. LOPES DA COSTA — Muito obrigado a V. Exa. Sr. Presidente, vou concluir.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LOPES DA COSTA — Pois não.

O Sr. Atilio Fontana — Com essa política, nobre Senador, tenho a certeza de que a agricultura em Mato Grosso será uma realidade, contribuirá para o progresso do Estado. Mas, além da distribuição de terras, é preciso que o Governo Federal crie ambiente para facilitar o escoamento a preço justo, a fim de que os lavradores tenham o necessário estímulo.

O SR. LOPES DA COSTA — Isso talvez seja impossível, porque as verbas com que conta o Ministério da Agricultura são exiguas. O Ministério da Agricultura é quem, essencialmente, devia patrocinar a agricultura em todo o país. Oportunamente tratarei da Reforma Agrária, principalmente, no que tange ao Estado de Mato Grosso.

Não haverá espoliadores. A terra terá função, ajustada à era social e tudo far-se-á em função de sua utilidade e das reservas e fertilidades que possa conter. O trabalho será seu prêmio por justa e tudo que se fizer não dependerá do jogo de interesses de falsos arautos.

Sr. Presidente.

Esses homens, portadores de leviana mensagem da confusão, de mistura com outros que surgem do seio da

terra como cogumelos do aventureirismo, já alcançaram e eram o que sonhavam, levar o pânico às humildes criaturas do campo, como acabo de verificar na recente viagem que fiz a minha terra, essencialmente pecuarista; aos pequenos e grande sitiantes, os estancieiros e aos lavradores que por anos e anos seguidos, todos eles esperaram em vão uma estrada para escoamento de sua safra, uma escola para educação dos filhos, enfim esperaram tudo aquilo que a um governo se permitia oferecer aos seus mais íntimos e reais colaboradores, aqueles que são verdadeiramente os mais autênticos construtores da grandeza rural da nossa pátria.

Sr. Presidente discutamos o problema das reformas, mais de maneira séria, profunda, democrática em princípios e democrática em seus fins.

Antes porém de chegarmos a qualquer conclusão, antes de atingirmos qualquer estágio de qualquer das reformas tão apregoadas por leigos e doutos, o que o país precisa é de um pouco de calma, para que os seus homens, menos comprometidos, possam pensar com serenidade.

O que o país precisa, e reclama e reclama já, é um clima de tranquilidade e paz para que todos, imbuídos do sentimento de patriotismo, possam trabalhar de maneira mais convincente e proveitosa. A pátria não é — ninguém; São todos. O que a nação suplica, de minuto a minuto, é a união de seus responsáveis no cultivo e no trato da coisa pública, dando a ela, o mínimo que poderia aspirar para prosseguir na sua jornada de progresso e de ordem. E o mínimo que a pátria anseia e deseja, neste momento de imensas dificuldades, geradas pelas continuadas crises políticas, sociais e financeiras, é um pouco de juízo de seus filhos, para benefício de todos. Porém, para isso conseguirmos requer-se que os nossos dirigentes, refletidos nas águas agitadas do sofrimento popular, sofrimento que já vai bem alto, tenham a noção que devem levar de vencida, os teríveis efeitos de um egoísmo desmedido e procurem dar à terra de nossos avós e de nossos filhos, os exemplos de honestidade e de labor, que se estão tornando e se fazendo cada vez mais raros nestas legendárias plagas, onde o enriquecimento do dia para o noite, como passe de mágica, vai se convertendo em regra para tristeza dos honestos e decentes, para agonia e humilhação dos simples e humildes.

Sr. Presidente, que o boa vontade, unindo homens e interesses volte a reinar em nosso país e, principalmente, entre os responsáveis mais diretos pelos nossos destinos e pelo futuro desta grande nação, hoje, quase, intempestivamente, crucificada na dialética perigosa de ignorância, da incompreensão e da intranquilidade. E' o que tinha a dizer. (Muito bem, muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa comunicação do Sr. José Cortês, que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 8 de julho de 1953.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, assumindo o exercício da representação do Estado do Rio Grande do Norte, em substituição ao Sr. Senador Dinarte Mariz, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada da

União Democrática Nacional

Atenciosas saudações. — José Cortês Pereira de Araújo.

Nome parlamentar — Cortês Pereira (UDN).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa fica ciente.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimento de transcrição nos Anais.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 442, de 1953

Os acontecimentos que se desenvolveram na semana última, na esfera política e administrativa, repercutindo na esfera militar e aumentando a intranquilidade no País, encontraram, no Ministro Jair Dantas Ribeiro, autoridade e energia que devem receber o mais caloroso registro.

Considerando que as medidas tomadas pelo Sr. Ministro da Guerra revelaram sua firme determinação em manter a ordem democrática e a necessária paz interna, devendo, assim, receber a solidariedade de todos os patriotas;

Requeiro, na forma regimental, a transcrição, nos Anais da Proclamação do ilustre Ministro, documento que, pelo que representa de marcante e decisiva posição em defesa da legalidade democrática, merece os aplausos de todo o povo brasileiro.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1953 — Cateete Pinheiro.

O SR. LOPES DA COSTA:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Lopes da Costa.

O SR. LOPES DA COSTA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, parece que não temos número para apoio.

O SR. PRESIDENTE:

Nobre Senador Lopes da Costa, o apoio é de um quinto dos presentes na Casa. Logo, estamos dentro do Regimento.

Sendo evidente que o documento cuja transcrição se pede não atinge o limite estabelecido no parágrafo único do Art. 232 do Regimento Interno, será submetido à deliberação do Plenário na Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã, independentemente de parecer da Comissão Diretora.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de outro requerimento sobre a mesa.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 443, de 1953

Requeremos, na forma do disposto nos arts. 241 e 215-A do Regimento Interno, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Marechal Arnaldo Calado de Castro, que nas duas legislaturas anteriores representou no Senado o então Distrito Federal e, após a mudança da Capital, o Estado da Guanabara, honrando esta Casa com o seu valor e as suas virtudes e servindo-a com o devotamento de grande patriota:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo seu desaparecimento;

b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1953.

— Cateete Pinheiro — Menezes Pinheiro — Lino de Mattos — Adalberto Sena — Raul Guber — Eduardo Assmar — Manoel Vilaga — José Katrola — Atilio Fontana — Joaquim Parente — Lopes da Costa — Heribaldo Vieira — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento lido não merece de apoio nem de discussão, mas apenas de votação, em cujo encaminhamento poderão usar da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Com a palavra o nobre Senador Heribaldo Vieira, para encaminhar a votação.

O SR. HERIBALDO VIEIRA:

(Para encaminhar a votação, Sem revolta do orador) — Senhor Presidente, precisamente no dia 31 de janeiro deste ano expirava o mandato do Senador Calado de Castro que representava, nesta Casa, o Estado da Guanabara. Cinco meses e cinco dias depois recebemos, vivamente consternados, principalmente nós que fomos seus companheiros na outra legislatura, a dolorosa notícia do falecimento desse saudoso companheiro.

O Senador Calado de Castro era um homem bom, um espírito elevado, sempre devotado às grandes causas. Um excelente companheiro, sempre em harmonia com todos nós, procurando colaborar no sentido de uma melhor elaboração legislativa e para que o nível elevado desta Casa permanecesse sempre acrisolado na opinião pública e na consciência dos verdadeiros democratas.

O seu passado, como legislador, foi longo. Em duas Legislaturas, ocupou, nesta Casa, uma cadeira na representação do seu Estado. Fez parte das Comissões de mais alto porte, como a de Constituição e Justiça, a de Segurança Nacional e várias outras, exercendo, algumas vezes, a presidência desses órgãos técnicos.

Bacharel em Direito e Oficial Superior do Exército Nacional, tinha esses dois instrumentos de cultura para, nesta Casa, dar uma colaboração efetiva aos nossos trabalhos.

Descendente de uma família de legisladores — Deputado Federal foi seu pai e Senador da República foi seu bisavô — Calado de Castro viveu entre nós, não com o espírito mercante de um militar, mas como um civil que fosse engastado na reserva para dar à sua vida militar um pouco desse humanismo que existe na vida civil.

Como militar, foi das mais brilhantes a carreira do Marechal Arnaldo Calado de Castro, cujas proezas, todas elas, foram obtidas por bravura.

Promovido a Capitão por atos de bravura (1926), a Major também por atos de bravura, na Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932, comandou o Regimento Sampaio, na Campanha da Itália, tendo dirigido o ataque vitorioso a Monte Cassino.

Recebeu por isso elogio do Marechal Mark Clark.

Comandou igualmente várias unidades de tropa e exerceu funções de Estado-Maior, tendo atingido o Generalato em 29 de janeiro de 1947. Ao ser eleito Senador, em 1953, transferiu-se para a Reserva, no posto de Marechal.

Obteve várias condecorações e medalhas entre as quais destaco:

Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito Militar, Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Medalha de Ouro de Bons Serviços Militares, Cruz de Combate de Segunda Classe, Medalha de Campanha (FEB), Medalha Souza Aguiar, Medalha de Campanha do Atlântico Sul, Cruz de Distinção da Cruz Vermelha Brasileira, Medalha Rio Branco, Medalha Rui Barbosa, Medalha do Pacificador, Medalha de Prata Maria Quitéria, Medalha Marechal Thaumaturgo, Medalha de Mérito Santos Dumont, Medalha de Honra Latino-Americana, Cruz de Combate com Palmas (França), Comendador da

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 1962 (número 3.952-B-62 na Casa de origem).

que retifica, sem ônus, a Lei nº 3.984, de 9 de dezembro de 1961, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1962, tendo parecer favorável, sob nº 264-62, da Comissão de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1963, originário da Câmara dos Deputados (nº 99-A-61, na Casa de origem) que aprova o Acórdão de Imigração entre os Estados Unidos do Brasil e o Estado Espanhol, assinado em Madrid a 27 de dezembro de 1960, tendo pareceres favoráveis sob nºs 278 — 279 — 280 e 281, de 1963 das Comissões: de Relações Exteriores; de Agricultura; de Saúde e de Finanças.

4

Votação, em turno único, do Requerimento nº 429 de 1963, em que o Sr. Senador Arthur Virgílio solicita transcrição, nos Anais do Senado, de editorial publicado pelo Correio da Manhã de 4 do mês em curso.

Nada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

5

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 442, de 1963, em que o

Sr. Senador Cattete Pinheiro solicita a transcrição, nos Anais do Senado, de Proclamação do Sr. Ministro da Guerra.

6

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1963, de autoria do Sr. Senador Amaury Silva, que declara de utilidade pública o Instituto dos Advogados do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, tendo Parecer favorável, sob nº 205, de 1963, da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1961 (de autoria do Sr. Senador Paulo Fender) que determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal, tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça: 1º (número 265, de 1963), pela constitucionalidade; 2º (nº 267, de 1963), favorável ao substitutivo da Comissão de Educação e Cultura; da Comissão de Educação e Cultura (nº 266, de 1963), favorável, oferecendo substitutivo.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos)

Republica-se por ter saído com incorreções

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Ato do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº H-Nº 52

O 1º Secretário, no uso das suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, designa para o Gabinete do Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, nas funções de Secretário, Marília Bricio Dolher da Silva, Auxiliar Legislativo, PL-10.

Secretaria do Senado Federal, 3 de julho de 1963 — Gilberto Marinho
1º Secretário em exercício.

Concurso para Taquígrafo de Debates

VISTA DAS PROVAS TÉCNICAS (1º E 2º DITADOS TAQUIGRÁFICOS)

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal comunica aos inte-

ressados que, na Diretoria da Taquigrafia, será dada vista das provas Técnicas (1º e 2º Ditados Taquígrafos) do Concurso para Taquígrafo de Debates, por 48 (quarenta e oito) horas, a partir do dia 9 (nove) de julho corrente, às 16 (dezesseis) horas.

Secretaria do Senado Federal, 8 de julho de 1963. — Evandro Mendonça — Diretor-Geral

IDENTIFICAÇÃO DAS PROVAS TÉCNICAS (1º E 2º DITADOS TAQUIGRÁFICOS)

O Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal comunica aos interessados que se procederá, na Diretoria da Taquigrafia, no dia 11 (onze) de julho corrente, às 16 (dezesseis) horas, à identificação das provas Técnicas (1º e 2º Ditados Taquígrafos) do Concurso para Taquígrafo de Debates.

Secretaria do Senado Federal, 8 de julho de 1963. — Evandro Mendonça — Diretor-Geral

DIAS 9 E 10 DE JULHO DE 1963